

Especial

Seguro de proteção financeira: uma rede de segurança

PÁGINA 5

TRAMA GOLPISTA

STF marca para dezembro julgamento do Núcleo 2

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para dezembro o julgamento dos réus do Núcleo 2 da trama golpista ocorrida durante o governo Jair Bolsonaro. O julgamento foi agendado para os dias 9, 10, 16 e 17 de dezembro. O Núcleo 2 é formado por seis réus, que são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de organizar ações para sustentar a tentativa de permanência ilegítima de Bolsonaro no poder, em 2022. Os acusados respondem pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. **PÁGINA 7**

HORTO FLORESTAL

Comunidade do Jardim Botânico assina acordo

O Jardim Botânico do Rio e a comunidade do Horto Florestal assinaram nesta segunda-feira um acordo coletivo que coloca fim a uma disputa de mais de quatro décadas pela posse dos terrenos onde vivem 621 famílias. Pelo acordo, a comunidade terá direito de permanecer na área, que pertence ao parque, mediante alguns compromissos, como o de não aumentar as residências. "A gente deixou de ter uma espada apontada para o nosso pescoço. É muito raro uma casa no Horto que não tem um idoso e, para essas pessoas, poder dormir sem o fantasma da reintegração de posse é indescritível. Agora a gente pretende estreitar a relação com o parque" disse o presidente da Associação de Moradores, Fábio Dutra. **PÁGINA 5**

CRÉDITOS

BNDES aprova R\$ 1,6 bilhão para afetados pelo ‘tarifaço’

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 1,6 bilhão em créditos para que empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelo governo dos Estados Unidos busquem novos mercados. Em média, o tempo entre análise e aprovação de projetos no Plano Brasil Soberano foi de 18 dias, abaixo dos 60 dias habituais na instituição. O presidente americano, Donald

Trump, assinou no dia 30 de julho a ordem executiva que instituiu a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros nos Estados Unidos a partir de 6 de agosto. A medida veio acompanhada de uma lista de isenções de quase 700 itens, com alívio a setores como o de suco de laranja e o de fabricação de aeronaves. Cerca de 3,8 mil itens brasileiros estão sujeitos à sobretaxa de 50%. **PÁGINA 2**

TARIFAÇO



LULA MARQUES/ABRASIL

Mauro Vieira viaja aos EUA para se reunir com Rubio

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (**foto**), vai aos Estados Unidos para se reunir nesta semana com o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio. O ministro acompanhou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem a Roma e ao Vaticano nesta segunda-feira. Em vez de retornar ao Brasil, o chanceler vai direto de Roma para Washington, a capital norte-americana, a fim realizar nos próximos dias a reunião com Rubio e discutir a crise diplomática entre os governos. A programação ainda não foi oficializada. A reunião será liderada pelos chanceleres, mas com integrantes das duas equipes diplomáticas. **PÁGINA 3**

CHEFE DE QUADRILHA

Moraes nega pedido e mantém prisão domiciliar de Bolsonaro



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta segunda-feira pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para que fossem revogadas a prisão domiciliar e outras medidas cautelares às quais o político está submetido. Moraes citou o “fundado receio de fuga do réu” e o “reiterado descumprimento das cautelares” para manter Bolsonaro preso em casa, medida que visa “a garantia da ordem pública e a necessidade de assegurar a integral aplicação da lei penal”, escreveu o ministro. No momento, pesa contra Bolsonaro um mandado de prisão preventiva domiciliar expedido no inquérito em que ele é investigado. **PÁGINA 7**

ALERTA

País confirma ocorrência de 34 casos de Sarampo

O Ministério da Saúde (MS) emitiu um alerta nacional para os Estados e municípios na sexta-feira passada, sobre o aumento de casos de sarampo no País. Do início de janeiro até o momento, o Brasil registra 34 casos da doença. Os Estados do Tocantins, Maranhão e Mato Grosso chegaram a entrar em situação de surto. A pasta solicita intensificação da vacinação e da vigilância em relação a possíveis infecções. De acordo com a pediatra Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), o cenário é motivado por uma cobertura vacinal heterogênea. "Você pode ter 95% (de cobertura vacinal) em um lugar, mas 10% em outro, por exemplo. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 0,78% / 141.783,36 / 1.103,02 / Volume: 14.740.810.777 / Negócios: 2.867.260											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			%
PDGR3	0,01	0,00	0,00	RSID3	1,73	+8,12	+0,13	AMBP3	0,64	-8,57	-0,06
GOLL54	5,08	+3,67	+0,18	CBAV3	4,720	+7,76	+0,340	AHEB3	27,00	-8,47	-2,50
AMBP3	0,64	-8,57	-0,06	CALI3	17,30	+6,79	+1,10	IFCM3	0,120	-7,69	-0,010
AZUL4	1,15	+4,55	+0,05	USIM5	4,52	+6,35	+0,27	REAG3	1,770	-6,84	-0,130
ASA13	8,050	-2,07	-0,170	CSNA3	8,41	+6,32	+0,50	MNPR3	37,60	-6,70	-2,70
									Dow Jones	46.067,58	+1,29
									S&P 500	6.654,72	+1,56
									NASDAQ Composite	22.694,607	+2,21
									Nasdaq 100	24.750,252	+2,18
									Euronext 100	1.665,69	+0,44
									CAC 40	7.934,26	+0,21
									Salário mínimo	R\$ 1.412,00	
									Ufir-RJ	R\$ 4.5373	
									Taxa Selic		
									(17/09)	15%	
									TR		
									(14/10)	0,1721%	
									Poupança		
									(14/10)	0,6730%	
									IGP-M	0,42% (set.)	
									IPCA-15	0,48% (set.)	
									CDI	14,90%	
									OURO		
									BM&F/grama/RJ	R\$ 712,00	
									EURO Comercial		
									Compra: 6,3162	Venda: 6,3168	
									EURO turismo		
									Compra: 5,4833	Venda: 5,7055	

MERCADOS



Com descompressão EUA-China, Bovespa inicia semana em alta

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter fechado a sexta-feira passada, aos 140 mil pontos antes mesmo que se conhecesse a sobretaxa adicional de 100% prometida pelo governo Trump à China para novembro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ficou perto de recuperar a marca dos 142 mil pontos nesta abertura de semana, em alta de 0,78%, aos 141.783,36 pontos no fechamento, na ausência de desdobramentos negativos ao longo do sábado e do domingo sobre a relação bilateral entre as duas maiores economias do globo. Pelo contrário, os comentários do secretário do Tesouro, Scott Bessent, foram interpretados como apaziguadores, com canal de diálogo ainda aberto com a China.

Em entrevista à Fox Business pela manhã, Bessent disse que as linhas de conversa com autoridades chinesas foram reabertas e estão em andamento nesta semana, após a ameaça do presidente norte-americano, Donald Trump, na sexta-feira.

Ainda assim, a descompressão dos mercados nesta segunda-feira foi observada, além da Bolsa, também na curva do DI e no câmbio, em baixa de 0,75% no fechamento, a R\$ 5,4623, após encerrar a sexta-feira na faixa de R\$ 5,50, tendo se aproximado de R\$ 5,52 na máxima daquela sessão. Na B3, o Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou dos 140 681,77 até os 142.302,81 pon-

tos, fechando o dia com giro muito enfraquecido, a R\$ 14,7 bilhões. No mês, o índice de ações ainda cede 3,05%, com ganho no ano a 17,87%.

Em Nova York, os ganhos nesta segunda-feira sem Treasuries - em razão do feriado de Colombo nos EUA - superaram 2% no índice tecnológico Nasdaq (+2,21%) no fechamento, com destaque também para o amplo S&P 500 (+1,56%) - ambos vêm de recordes recentes -, e em menor medida para o Dow Jones (+1,29% na sessão).

Na B3, o dia foi de ganhos, de moderados a firmes, para as ações de primeira linha - porta de entrada habitual do fluxo estrangeiro - como Vale (ON +1,49%), Petrobras (ON +0,94%, PN +0,97%) e Itaú (PN +0,40%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Usiminas (+6,35%), CSN (+6,32%) e Braskem (+3,99%). No campo oposto, MBRF (-4,16%), Pão de Açúcar (-3,03%), Magazine Luiza (-2,38%) e Raizen (-2,3%).

Para Otávio Araújo, consultor sênior na ZERO Markets Brasil, na sessão, as quedas em ações como as de Pão de Açúcar e Marfrig, além de Assai (-2,07%) e Minerva (-1,07%), todas na ponta negativa do Ibovespa na sessão, foram motivadas por "ajustes técnicos após valorização recente, além de resultados operacionais considerados abaixo do esperado, especialmente no segmento de alimentos, que enfrenta pressões sobre margens e exportações".

Dólar fecha em queda de 0,75% em pregão de ajuste após aceno de Trump à China

ANTONIO PEREZ/AE

O tom apaziguador do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação à China, no domingo passado, reduziu os temores de uma escalada na guerra comercial e estimulou o apetite ao risco no exterior, abrindo espaço para a recuperação de divisas emergentes neste início de semana. Com mínima de R\$ 5,4428, o dólar à vista encerrou a sessão desta segunda-feira, 13, em queda de 0,75%, cotado a R\$ 5,4623.

Na última sexta-feira, a moeda norte-americana havia subido 2,39% no mercado local e ultrapassado o nível de R\$

5,50, fechando no maior valor desde 5 de agosto. Foi uma reação à onda de aversão ao risco no exterior depois de Trump ameaçar impor tarifas de 100% a produtos chineses a partir de 1.º de novembro, em resposta às restrições impostas pela China às exportações de terras raras.

No domingo, Trump disse que os Estados Unidos "querem ajudar a China, e não prejudicá-la", alegando que o presidente chinês, Xi Jinping, "teve apenas um momento ruim" em relação ao comércio de terras raras. "Não se preocupe com a China; tudo ficará bem", escreveu Trump na Truth Social.

Nota

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PELO DESENROLA RURAL ALCANÇA R\$ 11,971 BILHÕES

O Desenrola Rural, programa de regularização de dívidas da agricultura familiar, alcançou R\$ 11,971 bilhões em dívidas renegociadas, conforme balanço do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A cifra inclui renegociações realizadas de 24 de fevereiro, início do programa, a 24 de setembro. Ao todo, 282.264 produtores renegociaram débitos envolvendo 529.706 operações. A maior parte das renegociações é relacionada a empréstimos inscritos na Dívida Ativa da União. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) renegociou R\$ 9,138 bilhões em dívidas no âmbito do Desenrola Rural. Ao todo, 185.204 inscrições de produtores rurais foram regularizados na Dívida Ativa da União, em 407.218 acordos.

CRÉDITOS

BNDES aprova R\$ 1,6 bilhão para afetados pelo tarifaço

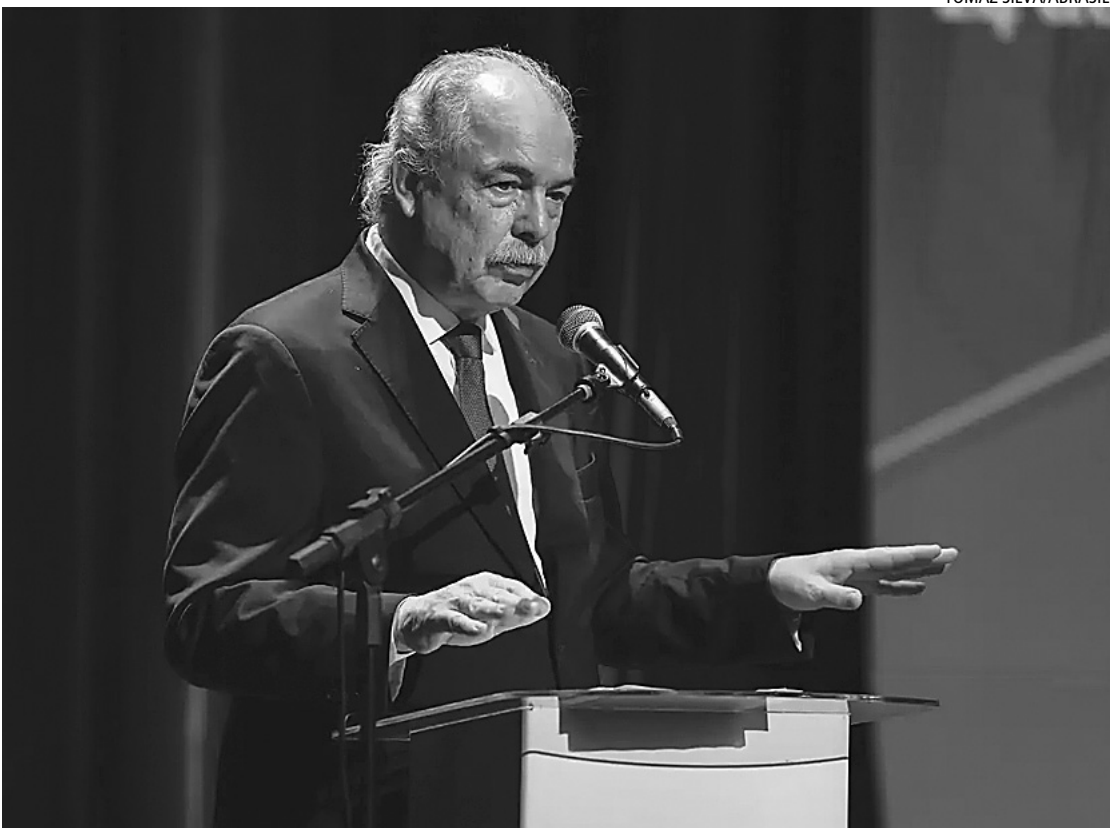
DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 1,6 bilhão em créditos para que empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelo governo dos Estados Unidos busquem novos mercados. Em média, o tempo entre análise e aprovação de projetos no Plano Brasil Soberano foi de 18 dias, abaixo dos 60 dias habituais na instituição.

O presidente americano, Donald Trump, assinou no dia 30 de julho a ordem executiva que instituiu a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros nos Estados Unidos a partir de 6 de agosto.

A medida veio acompanhada de uma lista de isenções de quase 700 itens, com alívio a setores como o de suco de laranja e o de fabricação de aeronaves. Cerca de 3,8 mil itens brasileiros estão sujeitos à sobretaxa de 50%.

O BNDES aprovou 47 operações na linha Giro Diversificação, para busca de novos mercados, com destaque para exportação de café, no valor de R\$ 108,9 milhões; açúcar, R\$ 220 milhões; equipamentos elétricos, R\$ 191,1 milhões; outros alimentos, R\$ 249,7 mi-



TOMAZ SILVA/ABRASIL

lhões, e utensílios, R\$ 79,5 milhões.

As operações têm como destino exportações para a Suíça, Reino Unido, Canadá, França, Argentina, Bolívia, Equador, Chile, Paraguai, República Do-

minicana e Uruguai.

“A agilidade na aprovação de projetos para que as empresas busquem novos mercados é resultado do empenho dos empregados do BNDES em atender ao chamado do presidente Lula de

não deixar nenhuma empresa para trás. Outras 66 operações, na mesma linha, estão em análise no banco, somando mais R\$ 2 bilhões em projetos”, esclareceu o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante (**foto**).

CNI

Indústria completa 10 meses de pessimismo, apesar de confiança

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar de uma leve alta na confiança em outubro, a indústria brasileira acumula 10 meses seguidos de pessimismo, revelou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Neste mês, o indicador subiu 1 ponto, alcançando 47,2 pontos.

Apesar do avanço, o resultado ainda permanece abaixo da linha de 50 pontos, que separa confiança de falta de confiança. Desde janeiro, o indicador está abaixo desse patamar.

Em nota, o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, ressaltou que ainda é cedo para falar em reversão do quadro.

“O final do ano costuma ser mais favorável para a indústria e isso costuma se refletir nas expectativas. É possível que o Icei melhore, mas não que essa falta de confiança que vem desde o início do ano se reverta”, afirmou.

COMPONENTES

Os dois componentes do índice registraram melhora em outubro. O Índice de Condições

Atuais subiu 1,3 ponto, passando de 41,9 pontos para 43,2 pontos. O aumento reflete uma percepção menos negativa dos empresários em relação à situação das empresas e da economia brasileira. Mesmo assim, o indicador segue bem abaixo dos 50 pontos, o que revela que, para a maioria dos industriais, as condições atuais ainda são piores do que há 6 meses.

O Índice de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos 6 meses, avançou 2,9 pontos e atingiu 49,1 pontos, a terceira alta consecutiva. O dado mostra que, embora as ex-

pectativas continuem negativas, o pessimismo vem diminuindo gradualmente.

A melhora é puxada principalmente por projeções menos desfavoráveis para a economia e uma visão mais otimista sobre o desempenho das próprias empresas.

Pesquisa mensal conduzida pela CNI, o Icei avalia a confiança de empresários da indústria brasileira. O levantamento ouviu 1.164 empresas industriais em todo o país entre 1º e 7 de outubro. Desse total, 458 são de pequeno porte, 444 de médio porte e 262 são grandes indústrias.

APOIO A FRAUDE

BC aprova aumento de capital em instituições ligadas ao Banco Master

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Um mês após barrar a compra de parte do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB), o Banco Central (BC) aprovou ontem um aumento de capital de R\$ 840 milhões em duas instituições controladas pelo grupo. A decisão ocorre em meio à maior revisão de regulações sobre o setor financeiro dos últimos anos.

Segundo o BC, o Banco Master Múltiplo poderá receber R\$ 420 milhões em injeção de capital. Braço digital do grupo, a Will Financeira (Will Bank) está autorizada a receber e R\$ 419 milhões. Com os aportes, o capital social do Master sobe para R\$ 1,586 bilhão,

enquanto o da Will Financeira chega a R\$ 789 milhões.

A capitalização ocorre apenas um mês após o Banco Central rejeitar, no início de setembro, a proposta do BRB para adquirir o controle do Banco Master. A operação estava avaliada em R\$ 2 bilhões. O negócio previa a compra de 49% das ações ordinárias e 100% das preferenciais, o que daria ao banco público do Distrito Federal 58% do capital total do Master. A transação foi rejeitada após análise regulatória e contestação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que apontou irregularidades processuais e havia pedido a suspensão do negócio.

CONTROVÉRSIA

A rejeição marcou o desfecho de uma das negociações mais controversas do setor financeiro em 2025. O Banco Master vinha sendo alvo de desconfiança do mercado devido à sua política de captação agressiva, oferecendo rendimentos muito acima da média. Em alguns casos, o banco oferecia até 140% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), lastreados em ativos de risco, como precatórios (dívidas do governo com sentença judicial definitiva).

O modelo de negócios levou à abertura de investigações pelo MPDFT e pelo Ministério Público Federal (MPF) e à adoção de me-

didas mais rígidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em maio, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal chegou a suspender a compra pelo BRB, mas a liminar foi cassada dias depois.

Em agosto, o CMN novas regras para o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), impondo limites de alavancagem (investimentos com recursos emprestados) e aumento das contribuições de bancos com perfil de maior risco.

As mudanças, que entram em vigor em junho de 2026, foram justificadas pelo BC como forma de reduzir o chamado “risco moral” – quando instituições assumem riscos excessivos por contarem com a proteção do FGC.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

CRIMES

'Menina veneno': quem são as vítimas da estudante 'serial killer'

A estudante de Direito Ana Paula Veloso, presa em julho deste ano, é apontada como responsável pela morte de ao menos quatro pessoas durante cinco meses no Rio de Janeiro e em São Paulo, de acordo com a Polícia Civil de São Paulo.

As investigações indicam que quatro pessoas teriam sido mortas por Ana Paula por envenenamento. A estudante ficou conhecida nas redes sociais como "menina veneno".

Entre as vítimas, estariam o proprietário da casa onde ela morava, em Guarulhos, região metropolitana de São Paulo; uma amiga também de Guarulhos; o pai de uma amiga, no Rio de Janeiro; e um homem de nacionalidade tunisiana, que teria conhecido em um grupo de redes sociais.

Ela também teria envenenado dez cachorros com chumbinho para testar o efeito do veneno. Procurada, a defesa de Ana Paula e de sua irmã gêmea, Roberta Cristina Veloso Fernandes, disse, em nota enviada ao *Estadão*, que tem a intenção de "colaborar com a correta apuração dos fatos e zelar pela proteção dos direitos e garantias fundamentais das investigadas".

De acordo com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP), Ana Paula foi denunciada em setembro pelos promotores de Justiça Vania Caceres Stefanoni e Rodrigo Merli Antunes, "estando a ré em prisão preventiva e no aguardo do início de sua instrução processual".

As mortes estão sendo apuradas na Vara do Júri de Guarulhos, "uma vez que a lei processual penal prevê que a fixação da competência para processar e julgar crimes conexos da mesma categoria e com a mesma pena deve se dar no local onde o maior número de infrações foi praticado, no caso, a Comarca de Guarulhos".

PRIMEIRO CASO

De acordo com a Polícia Civil, Marcelo Hari Fonseca, de 51 anos, foi encontrado morto no dia 31 de janeiro deste ano nos fundos da casa onde Ana Paula morava em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo.

Foi a própria estudante de Direito quem acionou a Polícia Militar após, segundo ela ter sentido um forte odor na residência em que alugava de Marcelo. O imóvel teria sido alugado por Ana Paula e por Roberta Cristina Veloso Fernandes, sua irmã gêmea, que

também está presa.

SEGUNDO CASO

Em 11 de abril, Maria Aparecida Rodrigues foi encontrada morta em casa, também em Guarulhos. De acordo com o MP, a suspeita de envenenamento surgiu quando a filha da vítima, Thayná Rodrigues Felipe, relatou à polícia que a mãe havia saído, na véspera, com Ana Paula. A suspeita utilizava outro nome ao se apresentar para Maria Aparecida.

Um dia antes da morte, Maria Aparecida visitou a estudante em sua casa, onde teria sido convidada para tomar um café e comer um bolo. No dia seguinte, a filha da vítima encontrou o corpo da mãe e suspeitou do encontro com Ana Paula um dia antes.

Ainda de acordo com as investigações, Ana Paula teria envenenado Maria Aparecida para tentar incriminar um policial militar casado com quem mantinha relacionamento. De acordo com as investigações do 1º Distrito Policial de Guarulhos, após envenenar Maria Aparecida, Ana Paula passou a insinuar por mensagens em redes sociais que a vítima mantinha um relacionamento com o PM.

TERCEIRO CASO

No dia 7 deste mês, a polícia prendeu Michelle Paiva da Silva, de 43 anos, acusada de matar o próprio pai, Neil Corrêa da Silva, de 65 anos, com a ajuda de Ana Paula. Michelle foi detida por policiais da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) e agentes da Polícia Civil de São Paulo, quando chegava a uma universidade no bairro Engenho Novo.

As investigações apontam que o pai da suspeita morreu após ser envenenado, em abril deste ano, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O homicídio, segundo a polícia, tem relação com outros três assassinatos em Guarulhos, região metropolitana de São Paulo. Michele teria financiado a ida de Ana Paula de Guarulhos para o Rio para que fosse cometido o crime contra Neil Corrêa.

Quarto caso

No dia 23 de maio, a quarta vítima, identificada como o tunisiano Hayder Mhazres, de 21 anos, com quem Ana Paula mantinha um relacionamento amoroso, passou mal em um apartamento no bairro do Brás, na capital paulista.

JUCESP

Estado registra recorde de empresas abertas em setembro

Paulo registrou 36.786 novas empresas constituídas, marca que representa o melhor desempenho para o mês em toda a série histórica da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e responsável pelos registros mercantis paulistas.

O desempenho de setembro representa o terceiro melhor mês de 2025, ficando atrás apenas de fevereiro, quando foram constituídos 37.521 novos negócios, e de julho, com 36.802 constituições. Em relação ao mesmo mês de 2024, quando foram abertas 32.943 empresas, houve crescimento de 11,6%.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Jorge Lima, o resultado reflete nas medidas conjuntas adotadas pelo governo paulista. "Desde o início da gestão, o governador Tarcísio de Freitas nos deu a diretriz de realizar ações para gerar renda, emprego e desenvolvimento regional – estimular o empreendedorismo e melhor o ambiente de negócio para que novas empresas sejam instaladas aqui, é uma destas medidas", afirma.

O saldo líquido, diferença en-



GOVERNO DO ESTADO DE SP

tre empresas abertas e encerra-

das, também foi expressivo. Em setembro, São Paulo registrou 22.004 novos empreendimentos líquidos, o segundo melhor resultado do ano, atrás apenas de fevereiro, que alcançou 25.958.

Segundo o presidente da JUCESP, Márcio Shimomoto, os números demonstram o ambiente favorável ao empreende-

dorismo no Estado. "A cada mês, milhares de pessoas têm buscado na formalização a oportunidade de transformar ideias em negócios, movimentando a economia e gerando emprego e renda. Esse resultado demonstra a confiança dos empreendedores na economia e a força empreendedora do nosso Estado", destacou.

SP NA DIREÇÃO CERTA

O SP na Direção Certa é um programa do Governo de São Paulo que reúne ações voltadas à modernização da máquina pública. São medidas implantadas para dar maior eficiência ao gasto público, com redução de despesas e aumento da arrecadação, gerando maior capacidade de investimento ao Estado.

BALANÇO METANOL

Casos descartados de intoxicação sobem para 246 em São Paulo

O número de casos descartados de intoxicação por metanol em São Paulo passou de 189 para 246 nesta segunda-feira. A redução é resultado do trabalho da avaliação clínica e investigação epidemiológica, em conjunto com a análise laboratorial de confirmação ou descarte de casos.

A checagem vai desde a coleta das amostras em unidades de saúde até a análise no Laboratório de Toxicologia Analítica Forense (Latof) da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto e no CIATox da Unicamp.

O balanço da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) desta tarde informa que foram descartados 57 novos casos

— essa é a última atualização desde sexta-feira. Ao todo, o estado contabiliza 28 casos confirmados, além dos 100 em investigação.

O Governo de São Paulo mantém um gabinete de crise ativo para coordenar as ações da administração estadual no enfrentamento à crise do metanol.

As amostras de sangue de pacientes com suspeita de intoxicação são enviadas ao laboratório da USP em Ribeirão Preto, onde passam por um teste chamado cromatografia em fase gasosa.

Esse método identifica se há metanol ou etanol no sangue, urina ou tecidos, com alta precisão e em cerca de uma hora. O material é colocado em frascos lacrados e

aquecidos; o vapor liberado é analisado por um equipamento que mostra, em gráficos, quais substâncias estão presentes e em que quantidade.

FISCALIZAÇÕES

As fiscalizações reforçadas na Grande São Paulo se expandiram também para o interior. A Vigilância Sanitária Estadual realizou sete inspeções na região de São José do Rio Preto e Catanduva que resultaram na interdição cautelar de dois estabelecimentos, um na parte de comercialização de bebidas destiladas e outro na venda de alimentos.

Já em São José dos Campos e Jacareí, outros sete estabeleci-

mentos foram fiscalizados, sendo dois interditados totalmente e outros cinco cautelarmente também para a comercialização de bebidas destiladas.

Ao todo, a força tarefa já visitou mais de 40 estabelecimentos, sendo que 15 foram interditados totalmente pelas equipes da Vigilância Sanitária Estadual, em parceria com as vigilâncias municipais. As interdições podem ocorrer por diversos motivos, incluindo irregularidades fiscais e sanitárias dos estabelecimentos.

No fim de semana, o Procon-SP realizou visitas de orientações em mais de mil bares e restaurantes de todo o estado para reforçar cuidados em 92 cidades diferentes.

SANTUÁRIO NACIONAL

Festa da Padroeira reuniu mais de 494 mil pessoas em Aparecida

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A tradicional Festa da Padroeira, realizada pelo Santuário Nacional, atraiu mais de 494 mil devotos para a cidade de Aparecida, no interior de São Paulo (SP) neste ano. A festa aconteceu entre os dias 3 e 12 de outubro.

Segundo balanço divulgado nesta segunda-feira pelo santuário, domingo passado foi o dia de maior movimentação no local, reunindo mais de 152 mil fiéis que estiveram na cidade para homenagear Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

De acordo com o arcebispo de Aparecida, dom Orlando Brandes, cerca de 40 mil pessoas que estiveram em Aparecida pa-

ra celebrar essa data eram romeiros, pessoas que viajam até lá, geralmente a pé, para cumprir uma promessa, agradecer ou pedir uma graça.

APELO AOS POLÍTICOS

Durante a homilia realizada domingo, o arcebispo de Aparecida (SP) pediu para que os políticos que foram eleitos pelo povo votem por leis que sejam favoráveis aos pobres.

O discurso foi feito durante a missa das 8h e foi acompanhado presencialmente pelo presidente da República em exercício Geraldo Alckmin.

"Para muitos os pobres são invisíveis, não se vê, não se tem sensibilidade. Para outros são

criticados, chamados de vagabundos. Outros não se importam com os pobres. Que a Mãe Aparecida nos ajude e que os que foram eleitos pelo povo votem em leis favoráveis ao povo de Deus, favoráveis aos pobres", disse o arcebispo, sendo bastante aplaudido pelo público.

Em seu sermão, Brandes também pediu para que Nossa Senhora Aparecida interceda para diminuir as desigualdades do país.

"Vamos pedir duas esperanças para o povo brasileiro. Primeiro, a diminuição da pobreza. Quando diminui a pobreza, nós vamos experimentando o que é a paz, o que é a convivência e o que é vida. A segunda esperança

é que diminuam as desigualdades sociais, que não muitas, mas é possível diminuí-las."

PAPA

Já na manhã de hoje, a fome e a pobreza foram temas de um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o papa Leão XIV, no Vaticano.

"Parabenizei o santo padre pela Exortação Apostólica Dilexi Te e a sua mensagem de que não podemos separar a fé do amor pelos mais pobres. Disse a ele que precisamos criar um amplo movimento de indignação contra a desigualdade e considero o documento uma referência, que precisa ser lido e praticado por todos", postou Lula em suas redes sociais.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 21ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Tocantins Energias Renováveis S.A.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), celebrado com a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), a se reunirem em 03 de novembro de 2025, às 16:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, conforme abaixo mencionado ("Assembleia Geral"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado não Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.3., subitem "xxv" do Termo de Securitização, em razão do descumprimento do Saldo Mínimo (conforme definido na Cessão Fiduciária) nos meses de abril, maio e junho de 2025; (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, em razão do não atendimento do ICD Mínimo referente ao primeiro trimestre de 2025 e ao segundo trimestre de 2025, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado não Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.3., subitem "xxv" do Termo de Securitização; (iii) Deliberar sobre a ratificação de que, em conformidade com a Cláusula 5.1 da Cessão Fiduciária de Recebíveis Conta Vinculada (conforme definido no Termo de Securitização), o registro da referida Cessão Fiduciária deve ser realizado exclusivamente perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, afastando-se qualquer interpretação diversa decorrente da definição constante nas Notas Comerciais que faça referência a outros fóruns, em especial os localizados no Estado do Tocantins, permanecendo válido e eficaz o registro já efetivado em São Paulo; (iv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado não Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.3., subitem "vi" da Nota Comercial, em razão do cumprimento intempestivo das obrigações dispostas nos subitens "xvii" e "xviii" da Cláusula 7.1.1 da Nota Comercial; (v) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: at.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deve: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 21 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (at.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 14 de outubro de 2025. Atenciosamente,

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

HORTO FLORESTAL

Comunidade do Jardim Botânico assina acordo

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a comunidade do Horto Florestal assinaram nesta segunda-feira um acordo coletivo que coloca fim a uma disputa de mais de quatro décadas pela posse dos terrenos onde vivem 621 famílias. Pelo acordo, a comunidade terá direito de permanecer na área, que pertence ao parque, mediante alguns compromissos, como o de não aumentar as residências.

"A gente deixou de ter uma espada apontada para o nosso pescoço. É muito raro uma casa no Horto que não tem um idoso e, para essas pessoas, poder dormir sem o fantasma da reintegração de posse é indescritível. Agora a gente pretende estreitar a relação com o parque porque o que não falta é envolvimento com o meio ambiente no horto", comemorou o Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto (Amahor), Fabio Dutra.

O acordo vem sendo costurado desde 2023, quando a Secre-

taria-Geral da Presidência da República criou um Grupo Técnico de Trabalho que recomendou a permanência das famílias em áreas onde não há risco. Com isso, as ações de reintegração de posse vigentes na Justiça foram suspensas e deram espaço às negociações.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, ressaltou o empenho de diversas instituições que trabalharam com o governo federal em prol do acordo, como o Poder Judiciário, Ministério Público Público, Defensoria Pública e Prefeitura do Rio de Janeiro. Macedo enfatizou que o acerto "tem alcance ambiental, patrimonial e de justiça social".

"Foi feito sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, mas com o movimento de todos os parceiros. Um acordo construído coletivamente que garante a permanência das famílias nas áreas seguras e a realocação de um pequeno número que está em área de risco. Isso somado à preservação ambiental e a manutenção do papel institucional do

Jardim Botânico", complementou o ministro.

"Onde não tem regra nenhuma, vale tudo. O que estamos fazendo hoje aqui, acima de tudo, é preservar o Jardim Botânico, contando com a consciência dos moradores com a preservação desse espaço fantástico" acrescentou o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

Agora cada morador deverá assinar acordos individuais para formalizar o seu aceite às condições negociadas. O cumprimento desses acordos será fiscalizado pela Comissão de Acompanhamento, formada por representantes dos moradores, do Jardim Botânico, da Prefeitura do Rio e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

HISTÓRIA

A comunidade do Horto Florestal foi formada ao longo do século 20 por funcionários de fábricas antigas da região e, depois, por trabalhadores do próprio Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico, alguns obrigados por lei a morar nos perímetros do parque. Muitas das pes-

soas que vivem hoje no local são descendentes desses dois grupos. A partir da década de 1980, a União entrou com 215 ações de reintegração de posse e conseguiu decisão favorável em quase todas, mas apenas três foram executadas.

Em 2006, a Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro chegou a iniciar um processo de regularização dos imóveis, mas enfrentou resistência de moradores do bairro Jardim Botânico e apoiadores do parque. Em 2013, uma comissão interministerial decidiu que o Instituto deveria recuperar 80% da área ocupada, mas nenhuma ação de reintegração foi efetivada.

A comunidade fica entre a área pública do Jardim Botânico do Rio e a Floresta da Tijuca, por isso, é considerada sensível em termos de proteção do meio ambiente. No entanto, o grupo de trabalho da Presidência da República concluiu que a comunidade não está crescendo e recebe abastecimento de água e serviços de coleta de esgoto e lixo, além de desenvolver ações de preservação ambiental.

DENÚNCIA

Professor de escola particular é preso por importunação sexual

EDERSON HISING/AE

Um professor de uma escola particular do Rio de Janeiro foi preso na manhã desta segunda-feira, suspeito de importunar sexualmente alunas adolescentes, de acordo com a Polícia Civil. A prisão preventiva - por tempo indeterminado - do homem aconteceu na casa dele, no bairro Irajá, que fica na zona norte da capital fluminense.

Segundo a investigação, diversas adolescentes foram vítimas do professor em uma das unidades do Colégio Tamarandaré, localizada no Recreio dos Bandeirantes, na zona oeste do Rio de Janeiro. Os policiais apreenderam um celular e o notebook do suspeito, que não teve a identidade divulgada.

Em nota, o Colégio Tamarandaré afirmou que o professor foi afastado em 2 de outubro deste ano, um dia após a instituição tomar conhecimento da denúncia. A escola informou que uma psicóloga conversou com alunas de todas as turmas que o professor lecionava.

"Foram ouvidas, também, diversas outras alunas, sem que nenhuma denúncia ou suspeição fosse apresentada",

diz trecho nota. Mesmo assim, o colégio afirmou que está colaborando com a investigação desde o início "na expectativa de que as apurações sejam concluídas e tragam respostas que representem a verdade".

A polícia informou que mães de alunas denunciaram o caso no 42º Distrito Policial em 1º de outubro. Desde então, o caso está sendo investigado. Conforme a denúncia, as adolescentes relataram comportamentos e comentários inadequados do professor.

Entre as acusações das alunas, estão gestos obscenos e comentários impróprios sobre a aparência das adolescentes. Segundo a polícia, as vítimas também contaram que o professor ficava na passagem da porta para que as meninas tivessem que esbarrar o corpo nele ao entrar na sala.

Durante a investigação, além de ouvir as vítimas, os policiais também analisaram imagens gravadas das aulas. Ainda de acordo com a polícia, as adolescentes chegaram a escrever cartas para relatar o comportamento do professor, mas o material foi retido por outro educador do colégio.

RUA DOS ANDRADAS

Casa onde morou Machado de Assis vira estacionamento

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro ordenou a reforma de um imóvel onde morou o escritor Machado de Assis (1839-1908), um dos maiores nomes da língua portuguesa. Apesar de ser tombado, o endereço apresenta sinais de degradação e funciona atualmente como um estacionamento rotativo.

A decisão é da 15ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Tribunal de Justiça (TJ) e atende a um pedido do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Os réus da ação são a prefeitura do Rio de Janeiro e o proprietário do imóvel.

A antiga casa fica na Rua dos Andradas, número 147, no centro do Rio. Machado de Assis morou no endereço de 1869 a 1871. O imóvel é tombado por um decreto municipal e faz parte da Área de Preservação do Ambiente Cultural (Apac) do centro. A região tem inúmeros imóveis centenários, incluindo bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O endereço é mais afastado do centro comercial e financeiro do Rio e próximo da Pequena África, região considerada berço da presença africana no Brasil, que passa por uma série de restaurações.

RESTAURAÇÃO

Ao fundamentar a ação civil pública na Justiça, a 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital do MPRJ defende que a prefeitura do Rio de Janeiro é o ente público responsável por fiscalizar e exigir a conservação de bens tombados e não adotou qualquer providência efetiva para impedir a degradação e a descaracterização do imóvel.

Ao acatar o pleito do MPRJ, a Justiça determinou:

- Retirada cuidadosa dos elementos arquitetônicos originais que estão se soltando da fachada do imóvel, com posterior acondicionamento para possível execução de réplica ou reaproveita-

mento e restauração;

- Remoção da cobertura de fibrocimento instalada na fachada e demais elementos construtivos em situação precária de conservação;
- Instalação de proteção no topo da alvenaria, para evitar a continuidade da infiltração de água, e retirar e adequar a fiação elétrica junto à fachada.

A decisão ordena que as intervenções comecem no máximo em 45 dias e devem ser concluídas no prazo de até 120 dias, sob pena de multa não inferior a R\$ 10 mil por dia, em caso de descumprimento.

Legado histórico

Autor de clássicos como Dom Casmurro, Quincas Borba e Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis morou no endereço pouco antes de publicar seu primeiro romance, Ressurreição, de 1872.

Jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, o Bruxo do Cosme Velho, como também é conhecido, é um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) e foi o primeiro presidente da casa.

O ajuizamento da ação foi no fim de setembro. Na ocasião, o promotor Carlos Frederico Saturnino disse à Agência Brasil que a conservação e restauração de edificações tombadas são uma forma de garantir o legado.

O promotor destacou ainda dois “elementos extraordinários”. Um deles é o valor histórico da edificação, de mais de 150 anos, para o ambiente em que está inserida, uma Apac. O segundo é ter sido a casa onde Machado morou com a esposa logo após o casamento.

“O levantamento histórico inclui até mesmo uma carta endereçada pelo escritor a um amigo (Ramos Paz) em 1869, na qual faz referência ao seu novo lar na Rua dos Andradas”, citou o promotor.

Para Carlos Frederico Saturnino, a vida e obra de Machado de Assis talvez sejam o exemplar mais significativo e atemporal da expressão artística e cultural no Brasil.

Seguro de proteção financeira: uma rede de segurança em tempos de incerteza

POR BÁRBARA SOUZA

Contratar um empréstimo ou financiamento é uma prática comum para quem busca realizar sonhos, investir em um negócio ou reorganizar as finanças pessoais. Mas em caso de imprevistos que impedem o pagamento das parcelas, o seguro de proteção financeira revela sua importância. O produto, ainda pouco conhecido por boa parte dos brasileiros, oferece cobertura em casos de desemprego involuntário, incapacidade temporária ou mesmo morte do titular, garantindo que as dívidas não se transformem em um fardo para o segurado ou sua família.

De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão que regula o setor, o seguro de proteção financeira tem como principal objetivo evitar a inadimplência em operações de crédito, protegendo tanto o consumidor quanto as instituições financeiras. Ele pode ser contratado junto com o empréstimo, financiamento ou consórcio, e o custo é diluído nas parcelas mensais. Assim como em um seguro de automóvel, o ideal é nunca precisar acioná-lo, mas sua presença oferece tranquilidade diante de possíveis imprevistos, garantindo uma precaução.

Um levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostra que o número de apólices desse tipo cresceu cerca de 18% no último ano, impulsionado pelo aumento do endividamento das famílias brasileiras e pela busca por mecanismos de proteção financeira. Segundo o Banco Central, mais de 50% dos lares no país possuem algum tipo de crédito ativo, o que reforça a importância de instrumentos que minimizem riscos em momentos de instabilidade.

O funcionamento do seguro é simples: caso o titular perca o emprego ou sofra uma incapacidade que o impeça de trabalhar, a seguradora assume o pagamento das parcelas do empréstimo por um período determinado em contrato. Nos casos mais graves, como morte ou invalidez permanente, a dívida pode ser quita-



da total ou parcialmente, evitando que o débito recaia sobre os herdeiros.

Entretanto, é fundamental ler atentamente o contrato antes de aderir a essa opção. Cada apólice possui regras próprias sobre carência, cobertura e franquia. O período de carência, por exemplo, determina quanto tempo o segurado deve esperar até poder acionar o benefício. Já a franquia representa a participação financeira do contratante em caso de sinistro. Esses detalhes fazem toda a diferença no momento da utilização, e antes disso, no momento da contratação do serviço.

Outro ponto que merece atenção é o tipo de cobertura oferecida. A Susep recomenda que o consumidor verifique se o seguro cobre todas as hipóteses desejadas, especialmente no caso de profissionais autônomos, que precisam comprovar a incapacidade de exercer suas atividades. Também é importante confirmar se a proteção é válida apenas para desemprego formal (CLT) ou se inclui situações de encerramento de contrato de prestação de serviço.

Embora opcional, esse tipo de seguro funciona como uma espécie de “reserva emergencial contratual”, ajudando o consumidor a manter o equilíbrio financeiro mesmo diante de eventos inesperados. Afinal, ninguém está imune a imprevistos, e ter uma rede de segurança pode ser o que diferencia um contratante endividado de um consumidor protegido.

Maranhão

Deputados pedem que Motta acione PF contra grampos ilegais

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

Os deputados federais Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Rubens Pereira Junior (PT-MA) afirmam estar na mira de grampos ilegais da Polícia Civil do Maranhão. A denúncia está presente em um ofício enviado ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesta segunda-feira.

No documento, os parlamentares afirmam ter sido informados de que foram gravados no âmbito de um inquérito aberto no Estado e acusam o governador Carlos Brandão (PSB) de utilizar a estrutura do poder público local para perseguir adversários. Eles pedem ainda "pronta e enérgica defesa" e reação por esta "Câmara dos Deputados, em todas as instâncias, políticas e jurídicas".

"Diante de tais revelações, pede a urgente tomada de providências, inclusive com encaminhamento para a Polícia Federal apurar possível prática de crimes tendo como vítimas parlamentares federais, colocando-nos à disposição", diz o ofício.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão negou que tenha grampeado os parlamentares ou incluído eles em investigação.

Alerta

Brasil confirma ocorrência de 34 casos de Sarampo neste ano

GABRIEL DAMASCENO/AE

O Ministério da Saúde (MS) emitiu um alerta nacional para os Estados e municípios na sexta-feira passada, sobre o aumento de casos de sarampo no País. Do início de janeiro até o momento, o Brasil registra 34 casos da doença. Os Estados do Tocantins, Maranhão e Mato Grosso chegaram a entrar em situação de surto. A pasta solicita intensificação da vacinação e da vigilância em relação a possíveis infecções. De acordo com a pediatra Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), o cenário é motivado por uma cobertura vacinal heterogênea. "Você pode ter 95% (de cobertura vacinal) em um lugar, mas 10% em outro, por exemplo. Então, nesses municípios em que a cobertura é baixa, os casos vão surgindo até que você perde o controle", explica.

O esquema básico de vacinação é composto por duas doses. A primeira é aplicada aos 12 meses de idade e a segunda, aos 15 meses. Geralmente, é utilizada a vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola. O imunizante está disponível gratuitamente na rede pública. Isabella destaca que a eficácia é de 98% e a vacinação é a única forma de prevenção à doença. Em 2024, o Brasil apresentou cobertura vacinal da tríplice viral de 95,7% para a primeira dose e 80,3% para a segunda dose. Já os dados preliminares de 2025 indicam coberturas de 91,2% e 74,6%, respectivamente. De acordo com o MS, esses índices aumentam a vulnerabilidade para a circulação do vírus do sarampo, já que estão abaixo da meta recomendada de 95%.

Dos 34 casos registrados no Brasil, nove são importados de pessoas que retornaram do exterior já infectadas. Outros 22 estão relacionados a esses casos. Já os outros três apresentam sequenciamento genômico compatível com variantes que circulam em outros países. Segundo Isabella, muitos países estão vi-

"A Secretária de Segurança Pública do Maranhão esclarece que jamais houve investigação que envolva o deputado federal Márcio Jerry e todos os demais por ele relacionados em recente publicação em rede social. A Polícia Civil informa que não houve investigação, não foram feitas escutas e nem perícias relacionadas aos senhores Márcio Jerry, Rubens Júnior e Diego Galdino, assim como de quem quer seja nesse contexto de utilização da força de segurança pública para fins políticos."

Ambos os deputados são aliados do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ex-governador do Maranhão. O magistrado teve Brandão como vice e o colocou na linha sucessória. Mas desentendimentos ocorridos desde 2023 os distanciaram e, agora, eles lideram grupos distantes que disputam o poder. Jerry e Pereira Junior são aliados de Dino e fazem oposição ao governo do Maranhão.

Dias antes de enviar a queixa formal a Motta, Marcio Jerry havia apresentado notícia de fato ao Ministério Público do Maranhão em que denunciou possível uso político do aparato policial e de investigações criminais.

Meio Ambiente

Marina aponta recursos para atingir meta de desmatamento

RENAN MONTEIRO/AE

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (foto), declarou ontem que 60% do financiamento necessário para zerar o desmatamento, até 2030, poderá ser bancado especificamente por dois mecanismos: o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e a chamada "REDD+", sigla para "Redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD)", que incorpora ações de manejo sustentável e de reflorestamento.

Juntos, esses dois instrumentos poderão gerar cerca de US\$ 9 bilhões anuais, disse a ministra, em reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025.

O valor seria suficiente para contribuir com a meta de acabar com o desmatamento. O TFFF é tema prioritário em termos de financiamento e vai garantir um "bônus" aos países que garantirem a conservação de florestas. Já em relação ao segundo mecanismo, os projetos enquadrados na categoria "REDD+" são clas-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

sificados como geradores de créditos que podem ser vendidos no mercado de carbono.

"Os recursos destinados à proteção florestal estão muito aquém do necessário. Para preencher essa lacuna, precisamos mobilizar um menu de ações concretas de financiamento para a natureza", disse a ministra.

Marina Silva também fez um

apelo em relação ao oceano. "Não podemos esquecer que ele absorve grande parte do CO2 global, regula o clima e provê os meios de vida de bilhões de pessoas em todo o mundo", afirmou. Os recursos destinados à conservação oceânica somam apenas US\$ 1,2 bilhão por ano, quando seriam necessários cerca de US\$ 16 bilhões, segundo as

estimativas apresentadas.

"A proteção do oceano é parte inseparável da agenda climática e, portanto, as NDCs precisam ser também 'azuis'. Fazemos um chamado para que todos entreguem suas NDCs, alinhadas ao 1,5°C", acrescentou a ministra, em referência ao limite de aquecimento para conter a crise climática.

Rumo ao STF

Alcolumbre leva Rodrigo Pacheco a reunião com cúpula do Judiciário

RAISA TOLEDO/AE

O presidente do Senado Davi Alcolumbre (União-AP) recebeu ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, o procurador-geral da República Paulo Gonet e o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin. Oficialmente, o encontro era para tratar do projeto de lei 429/2024, que atualiza os valores das custas processuais da Justiça Federal. Contudo, também estava presente o senador Rodrigo Pacheco, cotado para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria antecipada de Luís Roberto Barroso. Pacheco tem o apoio de Alcolumbre para ser o indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Fiz questão da presença do presidente Rodrigo Pacheco, autor do projeto de atualização do Código Civil e presidente da comissão temporária criada para debater o tema. Conversamos sobre questões importantes para o Brasil e que vêm sendo de-

batidas desde a gestão de Pacheco à frente do Senado", justificou Alcolumbre em seu perfil no Instagram.

"Foi um encontro marcado pelo diálogo aberto e pela parceria institucional em busca do melhor para o país", afirmou o presidente do Senado.

Nesta segunda-feira, o presidente Lula afirmou, na Itália, que não sabe se escolherá um homem ou uma mulher, preto ou branco para o cargo. Ele ainda afirmou que vai conversar com muita gente antes de tomar a decisão, quando voltar ao Brasil e ainda mandou um recado: "As pessoas acham que podem definir pelo governo". Além de Pacheco, são cotados também o advogado-geral da União, Jorge Messias, que tem o apoio do PT, o ministro Bruno Dantas do TCU, entre outros.

CUSTAS PROCESSUAIS

A proposta, de iniciativa do STJ, foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está sob análise dos senadores. Ela fixa valores para as custas judiciais ou

processuais (taxas cobradas pela prestação do serviço público de julgamento pelo Poder Judiciário), prevê a criação do Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) e determina a distribuição das receitas desse fundo para diferentes instituições.

Segundo publicação do STF, o objetivo do encontro foi comunicar ao Senado o consenso entre STF, CNJ, STJ, Ministério Público da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU) em relação à porcentagem dos recursos a serem repassados ao CNJ, MPU e DPU.

Com os percentuais definidos, um texto alternativo ao projeto original será encaminhado ao relator do projeto de lei na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO).

O PL 429/2024 atualiza os valores das custas processuais da Justiça Federal, fixando novas faixas de cobrança para as custas processuais conforme o tipo de processo. Também cria o Fejufe, fundo para financiar construção e reforma de prédios,

compra de veículos e equipamentos e capacitação de magistrados e servidores da Justiça Federal.

O projeto prevê isenções no pagamento de custas para: entes públicos (União, estados, municípios e Distrito Federal), autarquias, fundações públicas, pessoas que comprovem falta de recursos, beneficiários da justiça gratuita e autores de ações populares.

Segundo Alcolumbre, também foi discutida a regulamentação da emenda constitucional sobre a Relevância, que disciplina os recursos especiais no STJ. "Esse é um assunto que venho acompanhando pessoalmente, junto ao presidente Pacheco, na busca por um alinhamento entre o Poder Judiciário e a OAB", disse.

"De toda forma, o encontro de hoje reafirma nosso respeito e reconhecimento à importância do Poder Judiciário para o país. O diálogo permanente e a união de esforços são fundamentais para fortalecer as instituições e construir um Brasil mais justo e equilibrado", concluiu.

Metanol

Procon interdita posto de combustível em São Bernardo do Campo

CAIO POSSATI/AE

Fiscais do Procon, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo, interditaram um posto de combustível de São Bernardo do Campo, na região metropolitana da capital, durante uma vistoria realizada no final de semana. Em nota, o órgão explicou que a interdição foi realizada após o estabelecimento apresentar falhas "consideradas graves", como impedir que os fiscais continuassem a vistoria, não apresentar notas fiscais dos combustíveis comercializados e não informar os nomes dos distribuidores nas bombas de abastecimento.

A bandeira e o endereço do posto não foram informados e, por isso, não foi possível localizar a defesa.

A vistoria foi feita após denúncias de consumidores ao Procon-SP e ocorre em meio à investigação de intoxicações por metanol a partir da ingestão de bebidas alcoólicas adulteradas, cuja cadeia de contaminação pode ter origem em postos de combustíveis

"As ações de fiscalização em postos de combustíveis se tornaram mais estratégicas e necessárias por causa da suspeita das autoridades policiais, que investigam a possibilidade de adulteradores de bebidas terem adquirido etanol em postos de combustíveis, os quais, por sua vez, estariam comercializando o produto também adulterado, com a adição de metanol", diz o Procon-SP, em nota.

De nove estabelecimentos vistoriados, seis apresentaram irregularidades, diz o Procon-SP. Apenas um precisou de interdi-

ção. Não há nenhuma informação de que os postos em questão apresentavam metanol no combustível ou de que os locais faziam a distribuição da substância para fábricas clandestinas de bebidas, como apontaram investigações da polícia na semana passada.

A cidade de São Bernardo tem sido um foco das intoxicações. Além de registrar uma morte das cinco já confirmadas no Estado pela ingestão de metanol, a da jovem Bruna Araújo de Souza, de 30 anos, o município concentra 36 dos 100 casos que atualmente estão em investigação no território paulista. Ao todo, são 28 casos confirmados de intoxicação em todo o Estado. Além disso, a cidade do ABC paulista registrou outras duas mortes suspeitas de serem causadas pela ingestão de metanol e que ainda estão sendo

analisadas. Na semana passada, a Polícia Civil localizou em São Bernardo uma empresa clandestina apontada como responsável por adulterar bebidas alcoólicas que intoxicaram uma das vítimas. Investigações apontam que o local adquiria etanol - usado para fraudar destilados - de um posto de combustível, que repassou o produto contaminado por metanol.

Em agosto, a Polícia de São Paulo, a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado desmantelaram um esquema do Primeiro Comando da Capital que consistia em utilizar o metanol para adulterar combustível e vender o produto em postos usados para lavar o dinheiro do crime organizado. Autoridades paulistas, no entanto, descartam a participação da facção nos recentes casos de intoxicação pela substância.

PEDIDO DA DEFESA

Moraes mantém prisão domiciliar de Bolsonaro

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta segunda-feira pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para que fossem revogadas a prisão domiciliar e outras medidas cautelares às quais o político está submetido.

Moraes citou o “fundado receio de fuga do réu” e o “reiterado descumprimento das cautelares” para manter Bolsonaro preso em casa, medida que visa “a garantia da ordem pública e a necessidade de assegurar a integral aplicação da lei penal”, escreveu o ministro.

No momento, pesa contra Bolsonaro um mandado de pri-

são preventiva domiciliar expedido no inquérito em que ele é investigado por obstrução de Justiça e ameaça ao Estado Democrático de Direito.

O inquérito que levou Bolsonaro a ficar preso em casa, com uso de tornozeleira eletrônica, foi aberto para apurar a atuação do ex-presidente em auxiliar seu filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), no convencimento do governo dos Estados Unidos a aplicar sanções contra autoridades brasileiras.

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, por exemplo, teve revogado o visto de entrada nos EUA. Para o PGR, o ex-presidente e seu filho já confessaram, em declarações públicas, que buscam intimidar

e impedir o funcionamento regular do Judiciário brasileiro por meio de pressões norte-americanas.

Além da domiciliar, Moraes impôs a Bolsonaro medidas como a proibição de receber visitas não autorizadas pelo Supremo, com a exceção de seus advogados. O ex-presidente também está proibido de utilizar qualquer aparelho celular, o que se aplica também às redes sociais. Ele ainda não pode entrar em contato com embaixadores ou representantes diplomáticos de outros países.

Bolsonaro também foi condenado pelo Supremo por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes, a 27 anos e 3 meses de prisão, mas a sentença ainda não começou a ser

executada, pois ainda há recursos pendentes de julgamento, ou seja, a ação ainda não transitou em julgado. Os ministros ainda devem estabelecer qual será o regime inicial para o cumprimento de pena nesse caso.

DEFESA

No pedido de revogação da prisão domiciliar, os advogados que representam Bolsonaro, Celso Vilardi e Paulo Cunha Bueno, argumentaram que a PGR já apresentou denúncia no inquérito sobre obstrução de Justiça e não acusou o ex-presidente nesse inquérito, motivo pelo qual não haveria “fundamento mínimo necessário” para manter as medidas cautelares determinadas nesse processo.

FRAUDES NO INSS

Stefanutto se recusa a responder a perguntas do relator de CPMI

LEVY TELES/AE

O ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto (**foto**) disse que irá permanecer em silêncio durante as perguntas do relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do INSS, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), que ameaçou dar voz de prisão se Stefanutto assim permanecesse.

"O senhor está no serviço público desde que ano?", perguntou Gaspar. "Senhor presidente, deixo de responder a pergunta", respondeu o ex-presidente do INSS. O relator riu.

Stefanutto recebeu, nesta segunda-feira, um habeas corpus do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), para poder permanecer em silêncio durante a CPI.

A defesa então explicou o posicionamento. "A orientação é que há parlamentares, como o relator, que fez o prejudgamento", disse o advogado Julio Cesar de Souza Lima. "Esses prejudgamentos, adjetivos jocosos apresentados pelo relator, a defesa interpreta que são inócuas qualquer resposta."

O presidente da CPI, senador Carlos Viana (Podemos-MG) disse que Stefanutto é obrigado a responder perguntas que não o incriminam



LULA MARQUES/ABRASIL

Stefanutto decidiu manter a posição, mesmo após a pressão de integrantes da CPI. "No habeas corpus, o ministro Fux diz que quem define se a pergunta é incriminadora à testemunha ou não sou eu e o advogado. É um julgamento meu", disse Stefanutto.

"Isso é brincar com a nossa cara, presidente", respondeu o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS). O relator voltou a fazer a pergunta e Stefanutto, pela terceira vez, disse que não iria responder. Gaspar então disse

que caberia um pedido de prisão a Stefanutto se ele assim continuasse.

Os líderes da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), e do governo, deputado Paulo Pimenta (PT-RS) concordaram em interromper temporariamente os trabalhos para discutir uma solução para o problema.

A oitiva foi retomada com o pedido de Viana para ter "cuidado no trato com o senhor Alessandro". Um dos apelos feitos por Pimenta é que Stefanutto não fosse interrompido durante

as respostas.

O primeiro a quebrar o acordo foi o deputado Delegado Caveira (PL-PA), poucos minutos após a retomada. Viana repreendeu Caveira, que não é integrante da CPI.

Stefanutto era o presidente do INSS quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto, em abril, para investigar um suposto esquema fraudulento de descontos associativos não autorizados em aposentadorias. Ele foi exonerado também em abril

STF

Supremo marca para dezembro julgamento de golpistas do Núcleo 2

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para dezembro o julgamento dos réus do Núcleo 2 da trama golpista ocorrida durante o governo Jair Bolsonaro. O julgamento foi agendado para os dias 9, 10, 16 e 17 de dezembro.

O Núcleo 2 é formado por seis réus, que são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de organizar ações para sustentar a tentativa de permanência ilegítima de Bolsonaro no poder, em 2022.

Os acusados respondem pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

São réus do Núcleo 2:

- Filipe Martins (ex-assessor de assuntos internacionais de Bolsonaro);
- Marcelo Câmara (ex-asses-

- sor de Bolsonaro);
- Silvinei Vasques (ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal);
- Mário Fernandes (general do Exército);
- Marília de Alencar (ex-subsecretária de Segurança do Distrito Federal);
- Fernando de Sousa Oliveira (ex-secretário adjunto da Secretaria de Segurança do Distrito Federal)

OUTROS NÚCLEOS

Até o momento, somente o Núcleo 1, formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus, foi condenado.

Além do núcleo 2, serão julgados ainda neste ano os núcleos 3 e 4. O julgamento do Núcleo 4 será iniciado hoje. O grupo 3 começará a ser julgado no dia 11 de novembro.

O Núcleo 5 é formado pelo empresário Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente da ditadura João Figueiredo. Ele mora nos Estados Unidos e não apresentou defesa no processo. Dessa forma, não há previsão para o julgamento.

ICMBio

Brigadas controlam dois dos três incêndios na Chapada dos Veadeiros

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) informou ter controlado, ao longo do último final de semana, dois dos três incêndios que atingem a Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás, desde o dia 28 de setembro.

"Informamos que dois incêndios que atingiam a Chapada dos Veadeiros foram controlados durante o último final de semana (11 e 12 de outubro). No momento, permanece ativo um incêndio na região de Nova Roma", informou o instituto.

Não há, até o momento, um número oficial e atualizado sobre a área total que já foi queimada. O ICMBio, no entanto, estima que, somando todos os focos registrados desde o início da operação, a área afetada já deve estar perto de chegar a 80 mil hectares.

"Até o momento, não foram avistados animais selvagens atingidos pelos incêndios, porém animais domésticos (como bovinos), foram afetados pelas chamas", acrescentou.

COMBATE AO FOGO

Segundo o instituto, os próximos dias serão de combate ao foco remanescente, de monitoramento de possíveis retomadas do fogo e de resgate de fauna.

Um dos incêndios teve início nas proximidades do povoado Cormari. Ele chegou a atingir o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, onde foi combatido de forma mais intensa pelas equipes de contenção do fogo.

A operação conta com 211 pessoas envolvidas, entre servidores e brigadistas do Ibama/Prevfogo, ICMBio, Rede Contra Fogo, Brivac, Brigada de São Jorge e Brigada Cerrado em Pé.

ÁEREA

Após horas dentro de avião em Paris, voo para Brasil é cancelado

EDERSON HISING/AE

Passageiros de um voo da Air France que sairia de Paris com destino a Salvador nesta segunda-feira, ficaram mais de seis horas esperando dentro do avião até a decolagem ser cancelada.

O voo AF476 não saiu do aeroporto Charles de Gaulle por problemas técnicos e foi remarcado para esta terça-feira, 14, informou a companhia aérea. A Air France também lamentou a situação e pediu desculpas aos clientes.

"Primeiro, disseram haver problemas mecânicos. Em seguida, houve mudança de tripulação", relatou um passageiro brasileiro em uma publicação no Instagram. "O comandante sempre passando previsões de decolagens sem saber ao certo o que informar", escreveu.

Segundo a publicação, os passageiros ficaram sem assistência da companhia durante a espera. "O Boeing 777 está lotado inclusive com crianças e pessoas idosas. Passageiros estão extenuados e com fome e questionam a empresa aérea por que mantê-los tanto tempo no interior da aeronave sem o devido cuidado", afirmou o brasileiro.

Em nota, a Air France confirmou que os passageiros ficaram a bordo do Boeing 777 até a validação do novo horário de partida. Porém, a companhia aérea não informou o tempo de espera na aeronave nem sobre a assistência aos passageiros.

"A Air France lamenta essa situação excepcional e pede desculpas aos seus clientes. A companhia reitera que a segurança de seus clientes e tripulantes é sua prioridade absoluta", diz o comunicado.

TOCANTINS

Após Barroso negar habeas, governador faz nova investida

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

Menos de uma semana depois de ver frustrado um pedido de habeas corpus para tentar voltar à cadeira de governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos) faz nova investida no Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio de um recurso denominado agravo regimental, a defesa de Wanderlei busca derrubar a decisão individual do ministro Luís Roberto Barroso que rejeitou o pedido de habeas corpus para o chefe do Executivo - alvo da Operação Fames-19, da Polícia Federal, sob suspeita de ligação com esquema de corrupção em contratos da pandemia.

Na semana passada, dia 9, Barroso rejeitou um pedido de habeas corpus do governador, para reassumir o cargo.

- ◆ O afastamento de Wanderlei

foi decretado em agosto pelo ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e confirmado pela Corte Especial do STJ.

O governador é investigado na Operação Fames-19 - inquérito sobre suspeitas de corrupção e desvios de verbas destinadas à compra de cestas básicas durante a pandemia da covid-19.

Campbell também impôs ao governador medidas cautelares como o afastamento do exercício da função pública e proibição de acesso ou frequência, pelo período de um ano, ao Palácio de Araguaia, a prédios e repartições da administração pública direta e indireta do Estado e à Assembleia Legislativa do Tocantins.

A defesa levou o caso ao Supremo. Os advogados afirmam que Wanderlei Barbosa foi afastado das funções "com base em ilações" e que a medida é "drástica". Também argumentam que

as suspeitas são anteriores ao início do mandato do governador.

Segundo a defesa do chefe do Executivo, "a medida constritiva foi imposta a partir de arguição genérica e abstrata".

Os advogados de Wanderlei sustentam que não há provas de que ele tenha "participado ou anuído com qualquer ilícito". Alegam, ainda, que o afastamento do governador foi decretado "em desacordo com as manifestações da Procuradoria-Geral da República".

A defesa crava "ausência de contemporaneidade da medida, uma vez que a representação policial para o feito foi exarada no fim do ano de 2024, e o ato coator foi lavrado apenas em 3 de setembro de 2025".

"O transcurso de enorme lapso temporal evidencia, inequivocamente, inexistir qualquer urgência na adoção de medida tão drástica como o afastamento

FRANÇA

Justiça define que Nicolas Sarkozy será preso em 21 outubro

GEOVANNA HORA/AE

A Justiça da França definiu ontem que o ex-presidente Nicolas Sarkozy, de 70 anos, será preso no dia 21 de outubro, após ter sido condenado a cinco anos de prisão por associação criminosa no caso de um suposto financiamento ilegal de sua campanha presidencial de 2007, com dinheiro do então líder da Líbia, Muammar Kadafi, em troca de favores diplomáticos

Sarkozy negou as acusações, classificou o veredicto como "um escândalo" e entrou com recurso. Ele ficará detido no presídio de La Santé, em Paris, e será o primeiro ex-presidente da França moderna condenado a cumprir pena atrás das grades.

O julgamento ocorreu no final de setembro. O tribunal de Paris responsável pelo caso considerou que os ex-ministros Claude Guéant e Brice Hortefeux conspiraram para buscar financiamento da Líbia para a campanha de Sarkozy em 2007, mas que não era possível provar que o ex-presidente estava diretamente envolvido nessas ações ou que qualquer dinheiro líbio chegou a ser usado na disputa eleitoral, que terminou com a vitória do político conservador.

O juiz principal disse que Sarkozy permitiu que pessoas

próximas a ele entrassem em contato com as autoridades líbias "para obter ou tentar obter apoio financeiro na Líbia com o propósito de garantir financiamento de campanha".

Apesar de permitir que Sarkozy recorra da decisão, a Justiça exigiu que ele fosse preso "sem demora" devido a "gravidade do abalo à ordem pública causado pelo crime". Ao tribunal de Paris, o ex-presidente afirmou que as acusações são "politicamente motivadas e baseadas em provas forjadas" e denunciou uma "conspiração" que, segundo ele, foi orquestrada por "mentirosos e vigaristas", incluindo o "clã de Kadafi".

Após ser preso, Sarkozy pode pedir para responder em liberdade. Os juízes terão então até dois meses para processar o pedido.

Em junho deste ano, o conservador perdeu sua medalha da Legião da Honra, a maior condecoração da França, após sua condenação por corrupção e tráfico de influência por tentar subornar um juiz, em 2014, em troca de informações sobre um caso no qual ele era citado.

Sarkozy também já foi condenado a um ano de prisão por financiamento ilegal de campanha em sua tentativa fracassada de reeleição em 2012, mas recorreu e aguarda o julgamento do recurso.

UCRÂNIA

Zelenski diz que irá a Washington para se reunir com Trump

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, disse ontem, que viajará aos Estados Unidos esta semana para conversas sobre o potencial fornecimento de armas de longo alcance pelo país, um dia após o presidente americano, Donald Trump, alertar a Rússia de que pode enviar mísseis Tomahawk de longo alcance para Kiev.

Uma reunião entre Zelenski e Trump pode ocorrer já na próxima sexta-feira, disse o presidente ucraniano, acrescentando que também se reunirá com empresas de defesa e energia e membros do Congresso.

"Os principais tópicos serão defesa aérea e nossas capacidades de longo alcance, para manter a pressão sobre a Rússia", disse Zelenski.

O líder ucraniano falou durante uma reunião com a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores, Kaja Kallas. Ele disse que também buscará mais assistência dos EUA para proteger as redes de eletricidade e gás da Ucrânia, que têm enfrentado bombardeios russos implacáveis.

A visita aos EUA ocorre após o que Zelenski descreveu como um telefonema "muito produtivo" com Trump no último domingo, 12. Mais tarde, Trump alertou a Rússia de que poderia enviar mísseis Tomahawk de longo alcance à Ucrânia se Moscou não encerrasse a guerra em breve. Os mísseis permitiriam à Ucrânia atacar mais profundamente o território russo.

Moscou expressou "extrema preocupação" com o potencial fornecimento de mísseis de cruzeiro Tomahawk pelos EUA à Ucrânia O próprio

presidente russo, Vladimir Putin, já havia sugerido que o fornecimento de mísseis de longo alcance pelos EUA à Ucrânia prejudicaria seriamente as relações entre Moscou e Washington.

Zelenski se juntará a uma delegação ucraniana já nos EUA para conversas preliminares, liderada pela primeira-ministra, Yulia Svyrydenko.

A Rússia intensificou os ataques nas últimas semanas contra a infraestrutura de eletricidade e gás antes do inverno, em um esforço para paralisar a rede elétrica da Ucrânia antes das temperaturas congelantes e minar o moral da população. O Serviço de Emergência Estatal da Ucrânia informou que os piores ataques, na manhã de segunda-feira, usando drones e mísseis, ocorreram ao redor do porto de Odessa, no Mar Negro, e na região norte de Chernihiv, onde uma pessoa morreu.

Kaja Kallas, principal diplomata da UE, prometeu manter pressão sobre Moscou. Ela também expressou confiança de que as objeções lideradas pela Hungria a um novo pacote de sanções à Rússia serão superadas, mesmo que o processo se arraste além de uma reunião de líderes da UE na próxima semana.

"Em termos de financiamento, as necessidades são enormes. Precisamos ajudar a Ucrânia a se defender para que não tenhamos que gastar ainda mais para consertar a infraestrutura destruída", disse Kallas. "Somos 27 Estados-membros e 27 democracias, então os debates levam tempo. Tenho certeza de que, como antes, chegaremos a uma decisão."

CESSAR-FOGO

Após acordo, Israel começa a libertar presos palestinos

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Israel começou a libertar, ontem, quase dois mil palestinos que estavam presos, conforme previsto no acordo de cessar fogo com o movimento de resistência islâmica Hamas.

Pelo acordo, Israel deveria libertar 250 palestinos condenados por assassinato e outros crimes graves, bem como 1.700 palestinos detidos em Gaza desde o início da guerra. Também estava prevista a libertação de 22 jovens palestinos, além dos corpos de 360 militantes.

Segundo o Hamas, 154 prisioneiros foram deportados para o Egito. De acordo com a agência de notícias Reuters, os libertados não incluem comandantes graduados do Hamas ou algumas das figuras mais proeminentes de outras facções – situação que acabou resultando em críticas de parentes de alguns desses detidos.

CHEGADA

Parte dos libertados chegou de ônibus na Cisjordânia e em Gaza, após o Hamas ter libertado os últimos 20 reféns vivos levados durante os ataques de 7 de outubro de 2023.

Segundo a Reuters, durante a chegada os prisioneiros libertados chegaram em ônibus, alguns deles posando nas janelas, exibindo cartazes *V de Vitória*. Na sequência, foram encaminhados para fazer exames médicos.

HAMAS

Em nota, o Hamas informou ter feito “todos os esforços para preservar a vida dos prisioneiros da ocupação”, enquanto, no caso dos prisioneiros palestinos, eles teriam sido “submetidos a todas as formas de violações, incluindo abusos, tortura e assassinatos”.

O Hamas, no entanto, reafirmou seu compromisso com o cumprimento das obrigações previstas no acordo intermedia-

do pelos Estados Unidos e países árabes.

“A libertação de nossos prisioneiros, incluindo aqueles que cumprem penas de prisão perpétua e de alta pena, é fruto do heroísmo e da firmeza do povo em Gaza e de sua valente resistência”, diz a nota assinada pelo Hamas.

Ainda segundo a nota, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e seu exército “não conseguiram libertar seus prisioneiros à força e foram forçados a se submeter aos termos da resistência, que confirmavam que o retorno de seus soldados capturados só poderia ser alcançado por meio de um acordo de troca e do fim da guerra genocida”.

SENTIMENTOS

Milhares de pessoas se reuniram no Hospital Nasser, no sul da Faixa de Gaza, aguardando a chegada dos prisioneiros libertados. Identificada como Um Ahmed, uma mulher disse à

agência Reuters que, apesar de sua alegria com a libertação, ela ainda tinha “sentimentos contraditórios” sobre o dia de hoje.

“Estou feliz por nossos filhos que estão sendo libertados, mas ainda estamos sofrendo por todos aqueles que foram mortos pela ocupação e por toda a destruição que aconteceu em nossa Gaza”, disse ela.

Tala Al-Barghouti, filha de Abdallah Al-Barghouti, militante do Hamas condenado a 67 sentenças de prisão perpétua em 2004, disse que o acordo deixou “uma dor profunda e perguntas que não terão fim”. Seu pai estaria entre os que ainda não teriam sido libertados por Israel.

Ele foi preso por seu envolvimento em ataques suicidas em 2001 e 2002, que mataram dezenas de israelenses. Segundo Tala, o acordo “sacrificou aqueles que desempenharam o maior papel na resistência e encerrou as esperanças de sua libertação”.

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Ao comentar o atual momento de cessar-fogo na Faixa de Gaza, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva **(foto)** disse ontem que há muitas possibilidade para que o acordo entre Israel e o grupo palestino Hamas se torne definitivo.

“Antes tarde que nunca. Finalmente, parece que se encontrou uma saída para o conflito entre Israel e os palestinos. Me parece que há muitas possibilidades de o acordo ser definitivo. Acho que isso é muito importante.”

“Não se vai devolver a vida dos milhões que morreram, mas se devolve, pelo menos, o direito de as pessoas dormirem tranquilas, sem medo de uma bomba, sem medo de um prédio cair. As pessoas não vão mais ser perseguidas”, completou.

Durante coletiva de imprensa em Roma, Lula classificou a trégua como um “passo importan-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

te” para o fim do conflito. “Uma coisa que não deveria ter acontecido, mas aconteceu. E que poderia ter sido resolvida mais cedo, mas não foi resolvida”.

“Acho que foi resolvida agora. É motivo de alegria saber que

o povo palestino e o povo de Israel vão viver em paz agora”, concluiu.

RELAÇÃO COM ISRAEL

Questionado se o cessar-fogo abre espaço para o Brasil me-

lhorar suas relações com Israel e, eventualmente, indicar um embaixador para o território israelense, Lula respondeu que “o Brasil não tem problema com Israel”.

“O Brasil tem problema com o (primeiro-ministro de Israel, Benjamin) Netanyahu. Na hora em que Netanyahu não for mais governo, não haverá nenhum problema entre Brasil e Israel, que sempre tiveram uma relação muito boa.”

“Não sei se (o cessar-fogo) é definitivo ou não, mas estou feliz porque é um começo muito promissor. O fato de o presidente (dos Estados Unidos Donald) Trump ter ido a Israel, ao Parlamento, ter falado é um sinal muito importante”, completou.

“Espero que aqueles que ajudaram Israel na sua posição de virulência agora ajudem a ter uma paz definitiva. Acho que todo mundo vai ficar feliz”, concluiu.

Muito dinheiro será destinado à reconstrução de Gaza, diz Trump

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente americano, Donald Trump, afirmou que "muito dinheiro" será destinado para a reconstrução da região de Gaza, sem fornecer detalhes, em discurso na cerimônia de paz no Egito, ontem. Ele destacou ainda que os EUA "trabalharam duro para o Oriente Médio".

"A partir deste momento, podemos reconstruir a região no caminho para a prosperidade,

estabilidade. Estamos no caminho para uma paz duradoura", disse.

O republicano mencionou que tem "a intenção de ser um aliado" para um futuro mais "seguro e próspero" em Gaza. "Os melhores acordos apenas acontecem, e é isso que aconteceu", pontuou, sobre o cessar-fogo alcançado entre Israel e Hamas.

CESSAR-FOGO

O presidente americano, Do-

nald Trump, destacou a união dos países para alcançar o acordo de paz em Gaza, em discurso na cerimônia de paz no Egito, ontem. Na ocasião, ele voltou a agradecer os países mediadores para o cessar-fogo na região e destacou o retorno de civis para suas casas.

"Hoje é o dia que as pessoas estavam rezando para acontecer. Juntos, conseguimos o que muitos acharam que era impossível; agora, há paz no Oriente Médio. Diziam que a Terceira

Guerra Mundial começaria no Oriente Médio, mas isso não vai acontecer", afirmou.

Trump afirmou que, com a paz, inicia-se a reconstrução em Gaza, mas ponderou que "essa será a parte mais fácil".

O presidente egípcio, Abdul Fatah Khalil Al-Sisi, ressaltou que acordo de paz "vira uma página dolorosa" da história da região e mencionou que espera que o conflito em Gaza seja o último do local.

chuvas deixaram 18 mortos no Estado de Veracruz; 16 em Hidalgo; 9 em Puebla; e, uma criança em Querétaro, que foi soterrada. O número pode continuar a aumentar à medida que as equipes de resgate avançam pelas cidades inundadas. No país, milhares estão sem água e luz.

Em partes de Veracruz, a precipitação foi de 540 mm de chuva entre os dias 6 e 9 de outubro. Em Poza Rica, cidade produtora de petróleo a 275 km da capital do país, a água atingiu 4 metros de altura após o rio Cazonas transbordar.